



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

RELATÓRIO DA 5ª CEMA-AP



Temário:

"Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica".

Dias 25 e 26 de março de 2025

Auditório da 10ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/AP) - Macapá/AP.

**Macapá-AP.
Abril - 2025**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

INTRODUÇÃO

A 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente do Amapá (5ª CEMA/AP) ocorreu nos dias 25 e 26 de março de 2025, em Macapá, com o tema "Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica". Convocada pelo Governo do Estado, por meio do Decreto nº8944/2024, alterado pelo Decreto nº 3175/2025. A Conferência foi um espaço crucial para discutir e deliberar sobre propostas relacionadas à emergência climática e eleger representantes para a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que ocorrerá no período de 6 a 9 de maio de 2025. As conferências, desde a década de 1930, têm buscado estabelecer agendas comuns entre o Estado e a sociedade, influenciando políticas públicas.

A 5ª CEMA/AP destacou-se pela participação cidadã, promovendo a construção coletiva de propostas que refletem os anseios da população amapaense. O evento abordou a importância de equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, reconhecendo a necessidade de incluir diversas vozes, incluindo a representatividade de pessoas com deficiência. Assim, a Conferência reafirmou o compromisso do estado com um futuro sustentável e inclusivo.

A seguir serão descritas as atividades realizadas quando da realização da 5ª CEMA-AP e seus produtos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

A realização da 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente do Amapá (5ª CEMA/AP) contou com o envolvimento essencial de diversos atores locais. Desde a etapa municipal, gestores, comissões organizadoras e parcerias desempenharam papéis fundamentais na promoção das Conferências Municipais e Intermunicipais. Para a etapa estadual, uma força-tarefa abrangente foi mobilizada, envolvendo várias instituições do Governo do Estado do Amapá, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

A Comissão Organizadora Estadual (Portaria xxxx/2025/SEMA-AP) e a Comissão Executiva Estadual (Portaria xxxx/2025/SEMA-AP) forneceram o suporte necessário para a concretização deste evento. A 5ª CEMA/AP foi realizada de forma presencial nos dias 25 e 26 de março de 2025, no Auditório da 10ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/AP) em Macapá, seguindo uma programação cuidadosamente elaborada.

PROGRAMAÇÃO

DIA 25/03/2025 - TARDE/NOITE

✓ **Credenciamento:**

Os trabalhos da 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente do Amapá tiveram início às 16 horas do dia 25 de março de 2025, com a recepção e credenciamento das delegações municipais, além de convidados e observadores, sendo credenciadas no total 379 pessoas.

✓ **Abertura:**

Às 19 horas, ocorreu a composição do dispositivo, com a presença de representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Poder Executivo Estadual e Municipal, do Ministério Público Estadual, da Sociedade Civil e do Setor Empresarial. O Governador em Exercício, Antônio Teles Júnior, destacou a diversidade da população do Amapá e a importância do estado na agenda climática do Brasil. Ele enfatizou características únicas do Amapá, como a ausência de conflitos agrários e a não devastação florestal, que contribuem positivamente na luta contra a crise climática. O Amapá se destaca por ser o único estado do país a ser carbono negativo e por ser pioneiro em manejo florestal comunitário, possuindo todas as Terras Indígenas demarcadas e um Código Ambiental atualizado. Em breve, o estado também terá seu Zoneamento Ecológico e Econômico aprovado.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

✓ **Palestra magna:**

A Palestra Magna, intitulada "Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica", foi ministrada pelo Promotor de Justiça Marcelo Moreira dos Santos, da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo (PRODEMAC).

✓ **Leitura e aprovação do Regulamento:**

Após as falas das autoridades e a palestra, foi realizada a leitura integral do Regulamento Interno, seguida de esclarecimentos sobre dúvidas dos participantes. Algumas proposições importantes foram discutidas: o Art. 9º definiu os delegados natos; o Art. 13º estabeleceu que as despesas de transporte e hospedagem dos delegados eleitos da sociedade civil para a 5ª CNMA seriam custeadas pelo Governo do Estado; o Art. 17ª assegurou a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs); o Art. 21 estendeu o horário de credenciamento até as 23h, devido ao atraso da delegação de Oiapoque; e o Art. 30 determinou que a frequência de 100% seria necessária para se candidatar a Delegado, com assinatura em lista de frequência a partir do dia 25/03/25.

✓ **Assinaturas na lista de presença:**

Após a aprovação do Regulamento Interno, a lista de frequência foi disponibilizada e os inscritos foram chamados nominalmente para assinar, encerrando assim o primeiro dia de programação do evento.

MANHÃ DO DIA 26/03/2025

✓ **Dinâmica dos eixos, palestras e condensação de propostas:**

Às 8h do dia 26 de março, a programação do evento continuou com os participantes se dirigindo às salas dos Grupos de Trabalho por Eixo Temático, conforme suas opções no momento do credenciamento. Durante a primeira parte das atividades, foram apresentados o(a) coordenador(a), moderadores e relatores do Grupo de Trabalho (GT), além de uma explicação sobre a metodologia a ser utilizada.

O quantitativo de participantes em cada um dos Grupos Temáticos é descrito na tabela a seguir:

Eixo Temático	Quantidade de Participantes
BI – Mitigação	62
II – Adaptação e preparação para desastres	30
III – Transformação Ecológica	63



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

IV – Justiça Climática	65
V – Governança e Educação Ambiental	67

Cada Eixo Temático tinha a tarefa de sistematizar as 22 proposições que vieram da etapa municipal, com o objetivo de elaborar oito propostas por eixo, totalizando quarenta (40) propostas. No entanto, ao final do processo, foram elaboradas trinta e oito (38) propostas. O Eixo II, que tratou de Adaptação e Preparação para Desastres, contribuiu com 06 propostas. Essas proposições seriam priorizadas no período da tarde.

TARDE DO DIA 26/03/2025

✓ Plenária da Tarde – Leitura das proposições sistematizadas

Às 14h30, todos os participantes retornaram ao Plenário para a leitura das propostas dos Eixos Temáticos. Após a apresentação, a Secretária de Estado do Meio Ambiente, Taisa Mendonça, pediu a palavra e observou que uma questão relevante para o estado, amplamente debatida, não constava entre as propostas apresentadas. Sentindo falta de um tema tão importante em uma plenária qualificada, ela submeteu à deliberação da assembleia uma nova proposta: ***fomentar a exploração do petróleo e gás na Margem Equatorial de maneira sustentável, visando financiar a transição energética justa e promover o desenvolvimento sustentável em larga escala.***

A proposta recebeu massiva adesão dos presentes e, após diversas manifestações, foi enriquecida com um acréscimo, passando a ter a seguinte redação: ***“Fomentar a exploração do petróleo e gás na Margem Equatorial de maneira sustentável para financiar a transição energética justa e ecológica e realizar o desenvolvimento sustentável em larga escala, garantindo medidas compensatórias e a repartição justa, respeitando as comunidades tradicionais.”***

Além disso, foi elaborada coletivamente mais uma proposta relacionada ao tema do petróleo e gás: ***“Assegurar, durante o processo de licenciamento ambiental, tanto na fase de pesquisa quanto na extração de petróleo na Margem Equatorial, a formação profissional continuada e inclusiva para as populações diretamente atingidas, comunidades tradicionais e população amapaense em geral, visando a absorção de mão de obra local.”***

Ambas as propostas foram validadas pela plenária e incorporadas ao Eixo II, elevando o total de propostas para 40, assim dispostas.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

EIXO 1: MITIGAÇÃO

Certificar os empreendimentos socioeconômicos, tendo como parte do processo de forma ativa, mulheres, jovens e líderes comunitários, fomentando oportunidades de desenvolvimento socioeconômico alinhado a conservação ambiental, bem como, garantir incentivos fiscais para os produtos e serviços que contribuem com a conservação ambiental e transição energética de onde estão inseridos.

Fortalecimento da fiscalização municipal por meio da aquisição de equipamentos e capacitação de equipes técnicas e de produtores rurais, com o objetivo de tornar a fiscalização ambiental mais efetiva, prevenindo queimadas e outros danos ao meio ambiente, e promovendo a exploração sustentável dos recursos naturais, dando ênfase ao turismo sustentável

Desburocratizar o acesso a programas diversos, tais como crédito de carbono, mapeamento e restauração de áreas degradadas, serviços ambientais, entre outros, para municípios de porte 1 e 2, conforme o censo demográfico do IBGE 2022.

Garantir através de políticas públicas a cobertura vegetal das áreas urbanas através de criação de parques municipais urbanos, do cumprimento do código florestal brasileiro, no que versa sobre as áreas de preservação permanente urbanas e, ainda, garantindo que os projetos de loteamentos urbano sejam precedidos de um inventário florestal, com a manutenção dos espécimes arbóreos existentes

Criar mecanismos para implementar a política nacional de resíduos sólidos, incentivando práticas de consumo e destinação sustentável em parceria público/privada e sociedade civil e, através da criação de usinas de processamento de resíduos, incentivando o desenvolvimento da economia local.

Criar o comitê municipal de mitigação para ampliar ações de monitoramento, fiscalização, educação ambiental e de fortalecimento do seu órgão ambiental, com ações ambientais efetivas nos territórios de abrangência, construindo instrumentos técnicos e legais para a regulamentação da profissão de guarda parques.

Desenvolver o plano municipal de ação de mitigação com implementação do programa de produção integrada (PPI – agrícola, PPI-aquícola, PPI-extrativista) com foco no desenvolvimento sustentável, com o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural e ambiental, para reduzir a queima de combustíveis fósseis, desmatamento e degradação, agricultura intensiva e consumo excessivo de recursos.

Criar um Plano de sensibilização, capacitação e comercialização de créditos de carbono de áreas degradadas através de práticas e insumos necessários para o reflorestamento, garantindo assistência técnica necessária para os produtores rurais.

EIXO 2: ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

Assegurar, durante o processo de licenciamento ambiental, tanto na fase de pesquisa, quanto na extração de petróleo na margem equatorial, a formação profissional continuada e inclusiva para as populações diretamente atingidas, comunidades tradicionais e população amapaense em geral, visando a absorção de mão de obra local.

Fomentar a exploração do petróleo e gás na margem equatorial de maneira sustentável para financiar a transição energética equitativa e ecológica e desenvolvimento em bases sustentáveis em larga escala, garantindo as medidas compensatórias e uma repartição justa respeitando as comunidades tradicionais.

Criar auxílio financeiro e estrutural (federal, estadual e municipal), com maquinário e insumos, para auxiliar agricultores familiares que tiverem suas produções afetadas por eventos extremos, impactando sua renda e os colocando em situação de vulnerabilidade, garantindo segurança econômica e estrutural.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Criar plano nacional, estadual e municipal de infraestruturas adaptativas para áreas de habitações consolidadas e em risco, com foco em bioengenharia e uso de materiais de baixo impacto para manutenção de habitação e prevenção de desastres ambientais.

Criar um sistema integrado de gestão de risco ambiental que combine informações especializadas com um plano de emergência climática, gerido paritariamente (poder público, sociedade civil e setor empresarial), contendo: alertas precoces (eventos extremos), mapeamento das áreas de risco, diagnóstico das áreas vulneráveis e monitoramento contínuo

Implantar Projeto “Manejo zero fogo” por secretarias estaduais e municipais, voltadas para o setor de meio ambiente e agricultura, com objetivo de incentivar o uso alternativo do solo, desenvolver treinamentos em técnicas alternativas para a não utilização do fogo no manejo de terras.

Criar fundo federal, estadual e municipal com transparência, financiado por entidades poluidoras e por entidades nacionais e internacionais que apoiem os projetos, executados prioritariamente por entidade locais, devem investir em tecnologia e infraestrutura resiliente, como sistema de monitoramento (drones e sensoriamento remoto), sistema de alerta precoce, obras de contenção e outros.

Criar projeto de aquisição de EPIs, EPCs e treinamento em combate a incêndios florestais, ministrado pelo IBAMA e SEMA, para todos os municípios do Estado.

EIXO 3: TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Criar e implementar políticas públicas que fomentem novos modelos tecnológicos, com incentivos a tecnologias verdes, independente da escala de negócios, na produção agrícola (ex.: rotação de cultura, agrofloresta, criação de microindústrias para produção, etc), incluindo logística de escoamento, comercialização, valorizando a cultura local.

Garantir o acesso gratuito a sistema de energia fotovoltaica em programas habitacionais, bem como a comunidades tradicionais que ainda utilizam energia à base de diesel (geradores), a fim de promover a sustentabilidade a pessoas em vulnerabilidade social, fortalecendo e incentivando a utilização de energia limpa.

Fortalecer a resiliência de comunidades ribeirinhas e urbanas por meio de infraestrutura adaptativa e sustentável, reduzindo riscos climáticos, implementando projetos de manejo sustentável em unidades de conservação, promovendo emprego e renda para as comunidades locais e remanescentes, priorizando tecnologias resilientes e saneamento básico.

Criar e implementar por meio do poder público tripartite o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos para promoção da economia circular na zona urbana e rural (assentamentos e comunidades tradicionais), fortalecendo a logística reversa e a criação de cooperativas de reciclagem baseado na ODS 12 com a efetivação da política nacional de resíduos sólidos.

Criar políticas e instrumentos para potencializar a economia circular com incentivos tributários para empresas que contribuem na diminuição de emissão de CO₂, com uso de produtos e/ou serviços com baixa emissão de gases de efeito estufa, contribuindo com a redução de impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades mais vulneráveis.

Criar políticas específicas de proteção e assistência, com a criação de programas de preservação ambiental, incluindo programas de arborização urbana, priorizando a população vulnerável (comunidades e agricultores tradicionais) com participação comunitária nas tomadas de decisões.

Realizar inventário de Gases do Efeito Estufa para mapear os setores emissores, desenvolver projetos de redução de energia dos setores de transporte, da agricultura e de redução de resíduos sólidos e reutilização de resíduos orgânicos.

Garantir e proporcionar parcerias de inovação tecnológica para assessorar comunidades e empreendedores da Amazônia, com desenvolvimento e transferência de tecnologias que ajudem na transformação ecológica, no bem-estar e na economia circular.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

EIXO 4: JUSTIÇA CLIMÁTICA

Fomentar a criação de estratégias para regulamentar a profissão de guarda-parque e guarda-florestal, garantindo a formação continuada e infraestrutura adequada para o trabalho, pelo papel essencial que desempenham na proteção do meio ambiente.

Desburocratizar o acesso ao crédito de carbono em áreas protegidas, reserva legal, particulares, garantindo direitos, protagonismos de comunidade e povos tradicionais, garantindo a preservação dos saberes e tradições ancestrais, facilitando o acesso a recursos e promovendo o desenvolvimento sustentável, com royalties e valorização de créditos de carbono gerados, fortalecendo a gestão dessas áreas

Fomentar a construção de um sistema de abastecimento de água, para comunidades mais afetadas pela estiagem, através das esferas federal, estadual e municipal

Desenvolver políticas públicas focadas nos impactos psicológicos, protegendo e assistindo as populações vulneráveis, valorizando os guarda-parques e a juventude. Garantindo formação continuada com a criação de plano integrado de educação, fortalecendo lideranças populares, além de proteção de pessoas que atuam como defensores socioambientais em mudanças climáticas, tudo, para a promoção da justiça

Mitigar impactos ambientais, desastres naturais por meio de fundo soberano amazônico, captar, gerir recursos para adaptação, resiliência climática. Assegurar às comunidades periféricas, tradicionais, originárias o acesso à benefícios socioeconômicos, tecnológicos, educacionais, com gestão por conselho gestor paritário e comunitário de mediação com protocolo de consulta

Implementar políticas públicas inclusivas para populações mais vulneráveis, oportunizando o consumo de energia limpa e regulamentação mais rígidas para as empresas poluidoras. Garantir e acessar a implantação de projetos federais de energia solar e eólica, reduzindo a desigualdade de comunidades distantes

Implementar políticas de adaptação as emergências climáticas priorizando edificações sustentáveis sistema de captação e tratamento de água e esgotamento sanitário, transição energética, bioeconomia, economia circular e novas compensações priorizando a justiça climática

Ampliar o acesso à energia limpa e renovável em comunidades distantes, implementando projetos, além de garantir recursos públicos e privados para reduzir a desigualdade energética e promover a sustentabilidade

EIXO 5: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Garantir recursos governamentais e não governamentais, para a iniciação técnico e científica, abordando questões relevantes para a vida pessoal e coletiva, qualificando, capacitando, valorizando saberes, envolvendo as instituições de ensino, os entes federativos, sociedade civil organizada e o setor empresarial, com isenção fiscal para os entes não governamentais.

Criar fórum permanente de meio ambiente, para a realização de conferências bienais de educação ambiental formal e não formal (comunidades tradicionais, povos originários, assentados da reforma agrária e agricultores familiares), respeitando as características locais, com acesso aos recursos financeiros para projetos que promovam a educação ambiental com foco em práticas sustentáveis. (Governança)

Realização de campanhas anuais de educação ambiental em espaços formais (escolas) e não formais (comunidades), adaptadas às características e necessidades locais. Além disso, criação de um fundo para financiar iniciativas e projetos que promovam a educação ambiental com foco em práticas sustentáveis.

Garantir recursos específicos (programas) para a execução de fóruns permanentes e conferências permanentes de educação ambiental formal e não formal com base nos ODS em vigência para realização de campanhas anuais de educação ambiental nas escolas e comunidades.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Criar e implementar, em todos os municípios, a Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental – CIMEA. (Governança)
Garantir a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental nos municípios, inclusa os temas transversais do componente curricular em todos os níveis de ensino. (Educação Ambiental).
Implementar a isenção fiscal para aplicação em tecnologias sustentáveis para projetos inovadores alinhados ao desenvolvimento econômico com redução dos impactos ambientais nos processos de recuperação e restauração de áreas.
Formar e fortalecer toda a sociedade civil organizada, por meio de programas, cursos e oficinas de educação ambiental, executadas pelos entes federados (poder público, iniciativa privada e sociedade civil).

✓ **Priorização das Propostas**

Processo de priorização (votação), nesse momento, foi explicada a metodologia de priorização das propostas, onde cada Delegado poderia votar em duas propostas por eixo. A princípio seria feito de modo virtual, utilizando a rede do TRE, mas os diversos acessos em simultâneo, causou sobrecarga na rede, não sendo possível dessa forma. Deliberou-se por voto tradicional, mediante a elevação e contagem dos crachás dos Delegados. Finalizada a votação. Foi apresentado o resultado final com as propostas eleitas pela Plenária. As vintes (20) propostas mais votadas serão levadas a Conferencia Nacional do Meio Ambiente.

EIXO 1: MITIGAÇÃO	Votos
Certificar os empreendimentos socioeconômicos, tendo como parte do processo de forma ativa, mulheres, jovens e líderes comunitários, fomentando oportunidades de desenvolvimento socioeconômico alinhado a conservação ambiental, bem como, garantir incentivos fiscais para os produtos e serviços que contribuem com a conservação ambiental e transição energética de onde estão inseridos.	113
Fortalecimento da fiscalização municipal por meio da aquisição de equipamentos e capacitação de equipes técnicas e de produtores rurais, com o objetivo de tornar a fiscalização ambiental mais efetiva, prevenindo queimadas e outros danos ao meio ambiente, e promovendo a exploração sustentável dos recursos naturais, dando ênfase ao turismo sustentável	112
Desburocratizar o acesso a programas diversos, tais como crédito de carbono, mapeamento e restauração de áreas degradadas, serviços ambientais, entre outros, para municípios de porte 1 e 2, conforme o censo demográfico do IBGE 2022.	103
Garantir através de políticas públicas a cobertura vegetal das áreas urbanas através de criação de parques municipais urbanos, do cumprimento do código florestal brasileiro, no que versa sobre as áreas de preservação permanente urbanas e, ainda, garantindo que os projetos de loteamentos urbano sejam precedidos de um inventário florestal, com a manutenção dos espécimes arbóreos existentes	92
EIXO 2: ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	Votos
Assegurar, durante o processo de licenciamento ambiental, tanto na fase de pesquisa, quanto na extração de petróleo na margem equatorial, a formação profissional continuada e inclusiva para as populações diretamente atingidas, comunidades tradicionais e população amapaense em geral, visando a absorção de mão de obra local.	150



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Fomentar a exploração do petróleo e gás na margem equatorial de maneira sustentável para financiar a transição energética equitativa e ecológica e desenvolvimento em bases sustentáveis em larga escala, garantindo as medidas compensatórias e uma repartição justa respeitando as comunidades tradicionais.	149
Criar auxílio financeiro e estrutural (federal, estadual e municipal), com maquinário e insumos, para auxiliar agricultores familiares que tiverem suas produções afetadas por eventos extremos, impactando sua renda e os colocando em situação de vulnerabilidade, garantindo segurança econômica e estrutural.	106
Criar plano nacional, estadual e municipal de infraestruturas adaptativas para áreas de habitações consolidadas e em risco, com foco em bioengenharia e uso de materiais de baixo impacto para manutenção de habitação e prevenção de desastres ambientais.	88
EIXO 3: TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA	Votos
Criar e implementar políticas públicas que fomentem novos modelos tecnológicos, com incentivos a tecnologias verdes, independente da escala de negócios, na produção agrícola (ex.: rotação de cultura, agrofloresta, criação de microindústrias para produção, etc), incluindo logística de escoamento, comercialização, valorizando a cultura local.	131
Garantir o acesso gratuito a sistema de energia fotovoltaica em programas habitacionais, bem como a comunidades tradicionais que ainda utilizam energia à base de diesel (geradores), a fim de promover a sustentabilidade a pessoas em vulnerabilidade social, fortalecendo e incentivando a utilização de energia limpa.	119
Fortalecer a resiliência de comunidades ribeirinhas e urbanas por meio de infraestrutura adaptativa e sustentável, reduzindo riscos climáticos, implementando projetos de manejo sustentável em unidades de conservação, promovendo emprego e renda para as comunidades locais e remanescentes, priorizando tecnologias resilientes e saneamento básico.	110
Criar e implementar por meio do poder público tripartite o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos para promoção da economia circular na zona urbana e rural (assentamentos e comunidades tradicionais), fortalecendo a logística reversa e a criação de cooperativas de reciclagem baseado na ODS 12 com a efetivação da política nacional de resíduos sólidos.	103
EIXO 4: JUSTIÇA CLIMÁTICA	Votos
Fomentar a criação de estratégias para regulamentar a profissão de guarda-parque e guarda-florestal, garantindo a formação continuada e infraestrutura adequada para o trabalho, pelo papel essencial que desempenham na proteção do meio ambiente.	126
Desburocratizar o acesso ao crédito de carbono em áreas protegidas, reserva legal, particulares, garantindo direitos, protagonismos de comunidade e povos tradicionais, garantindo a preservação dos saberes e tradições ancestrais, facilitando o acesso a recursos e promovendo o desenvolvimento sustentável, com royalties e valorização de créditos de carbono gerados, fortalecendo a gestão dessas áreas	122
Fomentar a construção de um sistema de abastecimento de água, para comunidades mais afetadas pela estiagem, através das esferas federal, estadual e municipal	122
Desenvolver políticas públicas focadas nos impactos psicológicos, protegendo e assistindo as populações vulneráveis, valorizando os guarda-parques e a juventude. Garantindo formação continuada com a criação de plano integrado de educação, fortalecendo lideranças populares, além de proteção de pessoas que atuam como defensores socioambientais em mudanças climáticas, tudo, para a promoção da justiça	110



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

EIXO 5: GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Votos
Garantir recursos governamentais e não governamentais, para a iniciação técnico e científica, abordando questões relevantes para a vida pessoal e coletiva, qualificando, capacitando, valorizando saberes, envolvendo as instituições de ensino, os entes federativos, sociedade civil organizada e o setor empresarial, com isenção fiscal para os entes não governamentais.	146
Criar fórum permanente de meio ambiente, para a realização de conferências bienais de educação ambiental formal e não formal (comunidades tradicionais, povos originários, assentados da reforma agrária e agricultores familiares), respeitando as características locais, com acesso aos recursos financeiros para projetos que promovam a educação ambiental com foco em práticas sustentáveis. (Governança)	145
Realização de campanhas anuais de educação ambiental em espaços formais (escolas) e não formais (comunidades), adaptadas às características e necessidades locais. Além disso, criação de um fundo para financiar iniciativas e projetos que promovam a educação ambiental com foco em práticas sustentáveis.	134
Garantir recursos específicos (programas) para a execução de fóruns permanentes e conferências permanentes de educação ambiental formal e não formal com base nos ODS em vigência para realização de campanhas anuais de educação ambiental nas escolas e comunidades.	126

✓ **Eleição dos Delegados**

Os participantes foram direcionados para seus respectivos segmentos: Sociedade Civil (incluindo Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Quilombolas), Setor Privado e Setor Público (Municipal, Estadual e Federal). Durante o processo eleitoral, os candidatos tiveram a oportunidade de defender suas candidaturas.

Foi realizada uma verificação para assegurar que os postulantes ao cargo de delegado estavam aptos a concorrer, mediante consulta às listas de frequência. Era necessário ter 100% de presença nos dois dias do evento. Foram registradas quatro listas de frequência: a primeira ao final do dia 25/03/2025, a segunda no início da manhã do dia 26/03, a terceira ao final da manhã do dia 26/03 e a quarta no início da tarde do dia 26/03.

Conforme estabelecido no inciso I do Art. 17 do Regulamento da 5ª CEMA/AP, foi garantida a representatividade de Pessoas com Deficiência (PCDs) entre os eleitos da sociedade civil, resultando na eleição de duas (02) pessoas, assim elencados. Os delegados ficaram assim distribuídos por segmento:

- ✓ Poder Público: 6 delegados(as), sendo 3 do Poder Público Estadual e 3 do Poder Público Municipal;
- ✓ Setor Privado: 9 delegados(as);



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
5ª CONFERENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

- ✓ Sociedade Civil: 15 delegados(as), sendo 3 de comunidades tradicionais/povos originários.

Assim elencados:

CIDADE	DELEGADOS(AS)	ETNIA	SEGMENTO
MACAPÁ	MARTA CARMO DE BRITO	Parda	P. Púb.Est.
MACAPÁ	CARLOS DANILO LOBO FIGUEIREDO	Parda	P. Púb.Est.
MACAPÁ	RONALDO BRITO AMANAJÁS	Parda	P. Púb.Est.
SERRA	MARINALVA DE SENA GOMES	Branca	P. Púb.Mun.
PEDRA	RENATA D'ALMEIDA CAMPOS	Parda	P. Púb.Mun.
PRACUÚBA	ILSON MAGAVE RAMOS	Negra	P. Púb.Mun.
LARANJAL	MARÍLIA DA SILVA MOURA	Parda	Privado
MACAPÁ	ANA LÚCIA DE OLIVEIRA PIRES COMETTI DIAS	Indígena	Privado
LARANJAL	DIERLEM BRAGA DOS SANTOS	Parda	Privado
MACAPÁ	VANDA MARIA MACIEL NUNES	Indígena	Privado
OIAPOQUE	HORTÊNCIA CARDOSO PINHEIRO	Parda	Privado
MAZAGÃO	BENEDITO FREITAS BARROSO	Parda	Privado
LARANJAL	MÁRCIO ANDRÉ FURTADO FREITAS	Parda	Privado
SERRA	JOSÉ ROBERTO SILVA MAIA	Parda	Privado
MACAPÁ	JESUEL CARDOSO PRIMO	Branca	Privado
MACAPÁ	GABRIELA DA SILVA CAVALCANTE	Branca	S. Civil
AMAPÁ	DELMIRA TAVARES DA MATTA	Parda	S. Civil
MAZAGÃO	MARIA JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO FREITAS	Negra	S. Civil
MACAPÁ	SILVIA CRISTINA QUARESMA COELHO	Parda	S. Civil
MACAPÁ	ALEXANDRA ROBERTA BRITO DA SILVA	Negra	S. Civil
MACAPÁ	MARLEIA VALADARES ABDON RODRIGUES	Parda	S. Civil
CALÇOENE	MARINÊS NAZÁRIO RIGÔR	Negra	S. Civil
VITÓRIA	CREUZA VANESSA MENDONÇA ANDRADE	Negra	S. Civil
MACAPÁ	MARCIEL DOS SANTOS NASCIMENTO	Negra	S. Civil
MACAPÁ	AIRTON FERREIRA GONÇALVES NETO	Parda	S. Civil
LARANJAL	GEDSON GOMES MARTINS	Negra	S. Civil
OIAPOQUE	COARACI MACIAL GABRIEL	Indígena	S. Civil
MAZAGÃO	JESUS DE NAZARÉ VIDEIRA DA TRINDADE	Negra	S. Civil
SANTANA	FERNANDO LORHAN SILVA DOS SANTOS	Negra	S. Civil
PEDRA	HÉLIO SOUZA MACHADO	Parda	S. Civil

A 5ª CEMA/AP foi um evento de grande importância para a participação cidadã, promovendo a construção coletiva de propostas que refletiram os anseios da sociedade amapaense. Ela se destacou por combinar compromisso ambiental com o desenvolvimento econômico, representando um equilíbrio entre sustentabilidade e as necessidades econômicas do Estado. As discussões e as propostas priorizadas mostraram o empenho em conciliar a responsabilidade ambiental com as potencialidades econômicas do Amapá, sem negligenciar o reconhecimento das perspectivas da população local, suas expectativas e suas esperanças para o futuro.